

UNIDADE 2

DA NOVA REPÚBLICA ATÉ OS DIAS ATUAIS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Identificar as principais mudanças ocorridas no Estado brasileiro, do fim do Regime Militar até os dias atuais no Brasil;
- ▶ Situar a reconquista da democracia no país; e
- ▶ Tomar conhecimento dos avanços econômicos e administrativos, como o equilíbrio monetário, os avanços no controle das contas públicas e na universalização dos programas sociais.

INTRODUÇÃO

Vamos nesta segunda Unidade, da disciplina *Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro*, estudar o período que vai desde o início do processo de democratização do Brasil, em meados da década de 1980, até os dias atuais.

Neste período foram fortalecidas as bases do moderno Estado de Direito com liberdade de expressão, democracia de massas, inclusão social e abertura econômica, condições que, de modo geral, o país experimenta atualmente.

Neste processo, teve grande importância a promulgação da Constituição de 1988, as eleições diretas para todos os níveis de governo, a modernização do aparelho de Estado, a expansão das políticas públicas e a construção de uma rede de proteção social que atende ao universo da população carente.

As décadas de 1980 e 1990, consideradas, sob o prisma do crescimento econômico, como décadas perdidas, foram de grande importância para a consolidação dos avanços no processo de construção do atual Estado Nacional.

Durante este período, costuma-se dizer que o Brasil cresceu para dentro, fortalecendo as raízes que suportarão a expansão da importância da nação brasileira junto a uma nova ordem político-econômica que se vislumbra para o período pós-crise econômica atual.

A ELEIÇÃO DE TANCREDO NEVES E O GOVERNO SARNEY



Saiba mais Tancredo de Almeida Neves (1910 - 1985)

Formado em Direito, exerceu cargos de ministro da Justiça e Negócios Interiores, diretor do Banco de Crédito Real de Minas Gerais e da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Em 1961 foi nomeado primeiro-ministro do governo de Jango. Fundou o Partido Popular e elegeu-se governador de Minas Gerais. Fonte: <<http://tinyurl.com/loavdm>>. Acesso em: 21 jul. 2009.



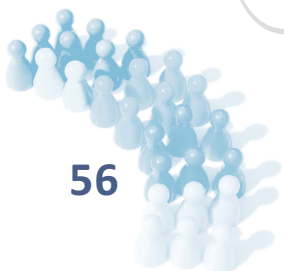
Com a rejeição, na Câmara dos Deputados, em abril de 1984, da proposta de emenda constitucional que autorizava a realização de eleições diretas para Presidente da República, o PMDB, principal partido da oposição, lança a candidatura, ao colégio eleitoral, do governador de Minas Gerais, [Tancredo Neves](#).

A vitória, na convenção do partido governista, da candidatura presidencial de Paulo Maluf, leva os

principais líderes a deixarem o partido, formarem a Frente Liberal e passarem a apoiar a candidatura de Tancredo. Com apoio de parte substancial do partido do governo e de toda a oposição, com exceção do PT, Tancredo é eleito presidente da República, de forma indireta, em 15 de janeiro de 1985, tendo como vice José Sarney, representante da Frente Liberal. No entanto, na véspera da posse como presidente, Tancredo adoeceu e foi levado às pressas para o Hospital de Base de Brasília, onde sofreu sua primeira cirurgia.

Diante deste cenário José Sarney assumiu a Presidência em 15 de março, aguardando o restabelecimento de Tancredo. Mas, devido às complicações cirúrgicas ocorridas, o estado de saúde de Tancredo se agravou, vindo a falecer em São Paulo no dia 21 de abril (na mesma data da morte de Tiradentes), aos 75 anos.

Em meio a um clima de comoção nacional José Sarney assumiu como Presidente da República que até pouco tempo era presidente do partido que dava sustentação ao regime militar, o PDS.



José Sarney enfrentou, desde o primeiro dia de governo, uma situação econômica crítica, com inflação galopante e dificuldade de negociação da dívida externa.

Para fazer frente à inflação, que chegava a 15% ao mês, em fevereiro de 1986, você sabe qual medida foi adotada por este governo?

Foi criado o Plano Cruzado – um programa heterodoxo de congelamento de preços e salários e troca de moeda. No início o Plano Cruzado foi um retumbante sucesso. O congelamento dos preços eliminou a corrosão do poder de compra da população, que respondeu com aumento do consumo, impulsionando a atividade econômica do país. Porém, devido a diversos fatores, como:

- ▶ a explosão da demanda, não acompanhada do aumento correspondente da oferta;
- ▶ a dificuldade de ampliar a produção, situação comum no curto prazo;
- ▶ a baixa disponibilidade de importação, consequência da política de substituição de importações, vigente durante muitos anos no país; e
- ▶ a resistência dos produtores ao congelamento de preços, o que desestabilizou o fornecimento de alimentos e bens de consumo básicos e levou à escassez de produtos e à cobrança de ágio no comércio.

O Plano Cruzado acabou sendo minado, o que levou o governo à criação, em novembro de 1995, do Plano Cruzado II. No entanto, assim como o plano original, seu sucessor também fracassou em pouco tempo, levando consigo o apoio popular ao governo.

Com o fim do Plano Cruzado, o ministro da Fazenda Dílson Funaro foi substituído pelo economista Luis Carlos Bresser Pereira, que implanta um plano de estabilização composto de medidas ortodoxas tais como:

- ▶ aumento dos juros;
- ▶ reajuste de tarifas e redução de gastos públicos; e
- ▶ medidas heterodoxas como: congelamento de preços e salários.

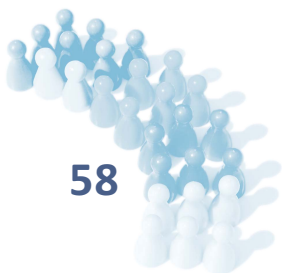
Embora mais completo e melhor elaborado do que o Plano Cruzado, o Plano Bresser também teve vida curta, durando poucos meses. A descrença popular, à época, praticamente impedia a eficácia de qualquer plano de estabilização que dependesse, para seu sucesso, do comportamento do consumidor. No início de 1988, Bresser Pereira pede demissão e é substituído por Maílson da Nóbrega, funcionário de carreira do Banco do Brasil.

Após tentar aplicar uma política gradualista de controle inflacionário, com medidas ortodoxas, Maílson se vê obrigado a reeditar, ainda que parcialmente, as experiências heterodoxas de congelamento de preços e salários.

Então no início de 1989 foi implantado o Plano Verão, que iria se arrastar até o final do governo Sarney, que acabou entregando para o seu sucessor um país com inflação mensal de 80%, ou seja, um estado de hiperinflação.

Ainda durante a vigência do Plano Cruzado I, são eleitos os deputados e senadores para compor a Assembléia Nacional Constituinte, órgão responsável pela redação de uma nova Constituição para o país. Após vários meses de debates, disputas políticas e árduo trabalho das comissões temáticas, o trabalho dos congressistas foi concluído, e a sétima Constituição Brasileira é promulgada em 5 de outubro de 1988.

Já sob as regras impostas pela nova Constituição, é convocada a eleição direta para presidente da República, a ser realizada em primeiro turno em 15 de novembro de 1989 e em segundo turno em 17 de dezembro do mesmo ano.



Durante os cinco anos de governo Sarney, o PIB do país cresceu 23,66%, dando uma média anual de 4,34%. Podemos considerar este crescimento como sendo bastante elevado, dadas as condições inflacionárias e a frustração popular com o fracasso dos planos de estabilização. A inflação anual média do período foi de 507%, o que já configurava uma situação de total descontrole dos preços.

OS GOVERNOS COLLOR E ITAMAR FRANCO



Saiba mais Fernando Affonso Collor de Mello



Foi deputado federal e governador de Alagoas. Em 1989 derrotou Luís Inácio Lula da Silva, tornando-se Presidente da República. Sua gestão foi marcada por escândalos e suspeitas de corrupção. Em 1992, foi afastado temporariamente da presidência da República, em decorrência da abertura do processo de *impeachment*. Renunciou ao cargo em 1992 ficando em seu lugar o vice-presidente, Itamar Franco. Fonte: <<http://tinyurl.com/mx6p22>>. Acesso em: 21 jul. 2009.

Como previsto, em 15 de novembro é realizado o primeiro turno das eleições presidenciais, a primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. A pulverização das candidaturas do bloco governista e da oposição propiciou o crescimento do candidato [Fernando Collor de Mello](#), governador de Alagoas. Jovem, dinâmico, vigoroso, com um discurso considerado moderno, prometendo uma revolução no serviço público, com privatizações, abertura econômica e eliminação dos altos salários (dos chamados marajás), somados a uma competente campanha no rádio e na televisão, Collor

consegue alcançar cerca de 30% dos votos válidos, ficando à frente do segundo colocado, o candidato do PT, Luis Inácio Lula da Silva, que obtém 17% dos votos válidos.

No segundo turno, realizado em 17 de dezembro, após uma campanha acirrada, Collor é eleito presidente da República com 53% dos votos, contra 47% de Lula.

Em 15 de março de 1990, com inflação fora do controle, Collor assume a presidência e edita uma série de medidas que, segundo ele mesmo declarou, deixaria “a esquerda perplexa e a direita indignada”.

Você lembra algumas destas medidas? Vamos recordar?

Neste período tivemos o Plano Collor como sendo uma das medidas econômicas de combate à inflação que mudou a moeda do país, liberou o câmbio, congelou os preços e salários e reteve, por um prazo de 18 meses, todos os depósitos e aplicações financeiras, que ultrapassavam a Cr\$ 50.000,00 (equivalente a US\$ 1.000 no câmbio do dia).

Outra medida foi à redução do número de ministérios de 23 para 12 e uma série de autarquias, fundações e empresas públicas foram extintas. Milhares de funcionários públicos foram colocados à disposição e diversos ativos da União foram colocados à venda.

Tivemos ainda o bloqueio dos recursos, que criou uma crise de liquidez no país, reduziu bastante a inflação nos primeiros meses, mas causou uma enorme retração na atividade econômica, levando a um decréscimo do PIB de 4,3% em 1990. Como aconteceu nos anos anteriores, após um período de dormência, a inflação retornou com toda a força.

Por fim Collor tentou um segundo plano de estabilização, que foi batizado de Collor II, implantado em fevereiro de 1992, mas que acabou em pouco tempo. Neste momento, a situação política do presidente da República começava a se agravar.

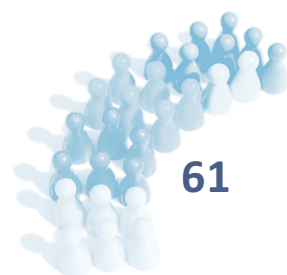
Contudo, o excesso de confiança do presidente em seu carisma pessoal, fruto da vitória eleitoral, sem a necessidade de apoio formal dos partidos políticos tradicionais, e os desgastes na sua relação com o Congresso, somados à forte recessão econômica, minaram o apoio político e a popularidade do governo; e com a aprovação pela Câmara Federal, em outubro de 1992, ocorreu o processo de impedimento, ao qual foi submetido. Diante deste cenário Collor deixa o governo nas mãos do vice-presidente, [Itamar Franco](#).



Saiba mais Itamar Augusto Cautiero Franco



Formado em Engenharia, foi eleito prefeito de Juiz de Fora e senador da república em 1974. Foi vice-presidente da República em 1989 no governo de Fernando Collor. Assumiu a presidência durante o processo de *impeachment* de Collor, tornando-se presidente após sua renúncia em 1992. Governou Minas Gerais de 1999 a 2003. Fonte: <<http://tinyurl.com/ksa4p2>>. Acesso em: 21 jul. 2009.



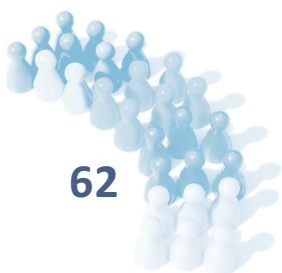
Itamar, político experiente, ex-senador pelo principal partido de oposição ao regime militar, assume interinamente a presidência em 2 de outubro de 1992, sendo formalmente aclamado presidente em 29 de dezembro de 1992. Em fevereiro de 1994, o governo Itamar lançou o Plano Real – Plano de estabilização da inflação onde foi criado o Real, a nova moeda brasileira que vigora até os dias de hoje – que estabilizou a economia e acabou com a crise hiperinflacionária. Este novo plano recompõe toda a base de apoio ao governo no Congresso e monta um ministério que contempla grande parte do espectro político nacional.

Em maio de 1993, Itamar convida o então ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, para assumir o cargo de ministro da Fazenda. Fernando Henrique, com a colaboração de renomados economistas, como Edmar Bacha, André Lara Resende e Pérsio Arida, elaborou um novo plano de combate à inflação.

Desta vez, contando com as experiências fracassadas de planos anteriores, a equipe econômica tratou de evitar qualquer falha que levasse o novo plano ao descrédito. Foram, portanto, descartados congelamento de preços e salários, retenção de ativos, fixação do câmbio, dolarização da economia e outras medidas artificiais. O plano, denominado Plano Real, foi implantado em três fases.

Na primeira fase foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), que desvinculou 20% das receitas da União, permitindo ao governo contar com um montante de recursos necessários para fazer frente às necessidades advindas do fim do imposto inflacionário.

Já na segunda fase foi implantada a Unidade de Referência de Valores (URV), que servia de indexador para preços e salários. Neste período a idéia era induzir todo o sistema de preços a migrar para a indexação em URV, ou seja, tentar indexar a economia a uma única referência, em contraposição à salada de índices que cada agente econômico usava para ancorar seus preços. A hiperinflação da época tornava viável este intuito, uma vez que havia total descrédito na moeda vigente. Após grande parte do sistema de preços ter sido indexado à URV, esta unidade de



referência foi substituída por uma nova moeda, o Real. Com isso foi possível alinhar a maioria dos preços e quebrar os efeitos da inflação inercial, o que caracterizou a terceira fase.

A queda da inflação novamente levou a população às compras. Mas, diferentemente do que ocorreu durante o Plano Cruzado, desta vez o país estava bem mais preparado para suprir o mercado interno por meio das importações.

A abertura comercial promovida durante os anos anteriores e a valorização do Real frente ao Dólar permitiam a entrada de produtos importados para suprir o excesso de demanda e concorrer com os produtos nacionais, evitando assim o desabastecimento, o ágio e a volta da inflação.

Para o setor de serviços, no entanto, esta estratégia não servia, uma vez que não havia como importar a maioria dos serviços demandados. Sendo assim, os produtos industrializados caíram de preço e os serviços tiveram seus preços aumentados. Embora gerasse pressão inflacionária, isto não foi suficiente para desestabilizar o novo Plano. Nos primeiros seis meses de vigência do Real, ainda no governo Itamar, a inflação acumulada foi de 18,56% ou uma média mensal de 2,88%. Este resultado foi amplamente comemorado e serviu para impulsionar a candidatura presidencial de Fernando Henrique Cardoso, que é eleito, em primeiro turno em 3 de outubro de 1994, e toma posse como Presidente da República em 1 de janeiro de 1995.

Assim, podemos afirmar que nos três primeiros anos do governo Collor/Itamar, o país passou por uma forte recessão. Em 1990 o PIB caiu 4,3%, subiu apenas 1% em 1991 e voltou a cair em 1992, apresentando um recuo de 0,5%. Nos dois anos seguintes a situação mudou, e o PIB cresceu 4,9% e 5,9%, respectivamente.

No campo das privatizações, o governo instituiu o Programa Nacional de Desestatização, em abril de 1990. Durante os anos de

1990 a 1994 foram desestatizadas 33 empresas, sendo 8 no setor de siderurgia, 15 no setor petroquímico, 5 na área de fertilizantes e 4 em outras áreas. Neste processo foram arrecadados US\$ 8,6 bilhões com receita das vendas e transferidos US\$ 3,3 bilhões de dívidas. Dentre as principais empresas privatizadas estavam a Usiminas, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa).

Também merece nossa atenção a aceleração do processo de abertura econômica do país promovido ao longo do governo Collor/Itamar. A alíquota média de importação passou de 35% no início de 1990 para 13% no final de 1994, conforme podemos verificar na Figura 5.

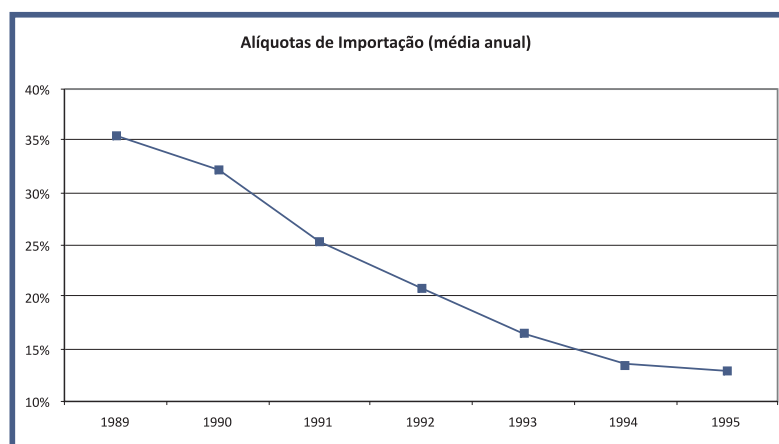
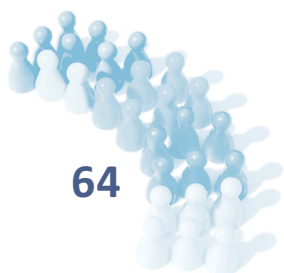


Figura 5: Alíquotas de importação (média anual)
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio

Em suma, ao longo do primeiro governo eleito, após o regime militar, dois fatos merecem destaque. O primeiro foi a passagem do país por um processo de impedimento de um Presidente da República, dentro da ordem constitucional e sem desestabilização do Estado de Direito. Este fato, que hoje parece natural, tinha grande importância na época dadas as condições políticas e econômicas do momento e o histórico de instabilidade gerada pelas deposições de presidentes anteriores, como Getúlio Vargas e João Goulart. Já o segundo destaque diz respeito ao sucesso da implantação do Plano Real, que conseguiu debelar a inflação, coisa que vinha sendo tentada há décadas no país.



O PRIMEIRO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Além da tarefa de dar continuidade ao Plano Real, o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) fez profundas reformas na área econômica e financeira e na administração pública do país.

Na área econômica e financeira podemos destacar a reforma da Previdência Pública; a proibição da indexação nos contratos trabalhistas; o fim do monopólio estatal nas áreas de energia, siderurgia e telecomunicações; a execução da maior parte do Plano Nacional de Desestatização; e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER).

Já na área administrativa tivemos a elaboração, sob o comando do Ministro da Administração, Bresser Pereira, o Plano Diretor de Reforma do Aparelho de Estado, que implantou o modelo de administração gerencial para as áreas-fim, mantinha o modelo burocrático weberiano para as carreiras típicas de Estado, além de criar a figura das organizações sociais



Saiba mais

Fernando Henrique Cardoso



Formado em Sociologia ministrou aula na USP. Durante o regime militar esteve exilado no Chile e na França. Em 1968 voltou ao Brasil e foi aposentado compulsoriamente pelo Ato Institucional nº 5. Em 1988 participou da fundação do Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Em 1978 se lança candidato ao Senado por São Paulo, mas perde o pleito. Torna-se suplente de Franco Montoro e em 1983 assume a cadeira de Montoro no Senado, que renunciou ao seu mandato para assumir o governo de São Paulo. Em 1986 foi reeleito senador pelo PMDB. Em 1988 participou da fundação do PSDB. Foi membro da Assembléia Nacional Constituinte que elaborou a Constituição de 1988. De 1992 a 1993 foi Ministro das Relações Exteriores e a partir de maio de 1993 assumiu o Ministério da Fazenda. Em 1994 foi eleito Presidente da República, lançou o Plano Real e foi reeleito em 1998, governando até 2002. Fonte: <<http://tinyurl.com/nh9fwp>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

para assumirem as atividades públicas não estatais. Embora bastante completo e modernizador, o Plano Diretor não foi implantado, uma vez que contou com a resistência de parte dos servidores públicos e dos partidos da oposição. No entanto, a essência do plano foi absorvida e começou a dar frutos em algumas instituições do setor público.

Outra situação evidenciada no governo de Fernando Henrique Cardoso foi a quebra do monopólio no setor de energia, fundamental para a expansão dos investimentos em prospecção de petróleo, o que acabou permitindo ao Brasil alcançar, na década seguinte, a autossuficiência em produção petrolífera, algo almejado desde os tempos de Getúlio Vargas.

Tivemos ainda a reestruturação do sistema bancário. Esta foi importante para dar estabilidade ao sistema financeiro nacional e evitar o **risco sistêmico**. Durante o período de alta inflação, os bancos obtinham grande parte de suas receitas aplicando, no mercado financeiro, os recursos oriundos dos depósitos à vista de seus clientes. Como estes depósitos não sofriam atualização, os ganhos obtidos com sua aplicação ficavam com os bancos. Com o fim do descontrole inflacionário, os bancos perderam essa importante fonte de renda e muitos deles passaram a enfrentar dificuldades financeiras.

Para enfrentar este problema, o governo implantou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER). O plano consistia em intervir e liquidar os bancos em dificuldade, separar a parte insolvente da parte saudável, e depois, com a instituição já saneada, levá-la a leilão. O custo do programa atingiu 2,5% do PIB, ou cerca de R\$ 30 bilhões. Apesar das críticas, de que o governo estava colocando dinheiro público para salvar bancos falidos, o programa foi importante para evitar a desestabilização do setor financeiro nacional. Em outros países que passaram por situação semelhante, o custo do saneamento do sistema financeiro foi ainda maior. Na Argentina chegou a 13% do PIB, no Chile a 20% do PIB e na Venezuela ultrapassou 30% do PIB.

Fato ocorrido em outros países, após o fim do período inflacionário.

Para o saneamento dos bancos estaduais, que se encontravam em situação financeira insustentável, foi criado o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES), nos mesmos moldes do PROER, porém com um custo bem maior, cerca de R\$ 60 bilhões.

Dentro do Plano Nacional de Desestatização, foram vendidos diversos ativos de propriedade da União e outros com participação minoritária do Estado. Foram arrecadados US\$ 78 bilhões com a venda e transferidos US\$ 15 bilhões de dívidas das empresas. Ao contrário do que ocorreu no governo anterior, desta vez 95% da receita foi em moeda corrente, e apenas 5% em moedas de privatização, como títulos, obrigações, certificados e outros papéis. Ademais, 53% da receita vieram de investidores estrangeiros, o que representou um aumento substancial no volume de investimento direto estrangeiro no país.

Na indústria petroquímica, as principais empresas privatizadas foram: Copene, Salgema, Nitrocarbono, Polipropileno e Polibrasil. Na área mineral, o destaque foi a venda da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. No campo financeiro, resultado do saneamento do sistema bancário, foram leiloados o Banco Meridional, Banespa, BEG, BEA, Credireal, Banerj, Bemge, Bandepe, Baneb, Banestado e Paraiban. No setor de energia foram vendidas a ESCELSA, a Light e a Gerasul. No setor de transporte, a Rede Ferroviária Federal foi desmembrada em sete malhas regionais, que foram vendidas separadamente. Também foi elaborada a Lei de Modernização dos Portos, que permitiu a desestatização, desregulamentação e implantação de leis do mercado no setor de transporte marítimo. No setor de telecomunicações, foram privatizadas empresas de telefonia fixa (Telesp, Tele Centro Sul e Tele Norte Leste), de telefonia celular (Telesp Celular, Tele Sudeste Celular, Telemig Celular, Tele Celular Sul, Tele Nordeste Celular, Tele Leste Celular, Tele Centro Oeste Celular e Tele Norte Celular) e a Embratel, operadora dos serviços de longa distância. Além disso, foram licitadas as concessões para as empresas-espelho, que fariam concorrência com as empresas telefônicas privatizadas.

Para regular e fiscalizar as diversas empresas privatizadas, o governo criou as Agências Reguladoras, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a Agência Nacional de Petróleo e Gás (ANP), e a Agência Nacional de Águas (ANA).

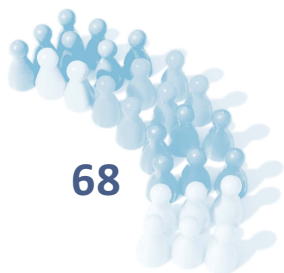
Até agora vimos algumas iniciativas relevantes realizadas durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Você lembra mais alguma?

Tivemos ainda a mudança do conceito de empresa nacional. Antes, a Constituição diferenciava a empresa nacional da empresa estrangeira radicada no Brasil. Essa diferenciação deixou de existir. A partir de então, qualquer empresa radicada no país, independente da composição de seu capital, passou a ser considerada empresa nacional. Isto serviu para impulsionar os investimentos diretos estrangeiros no Brasil.

No campo macroeconômico, o controle da inflação assumiu caráter estratégico. A expansão do consumo, devido ao aumento do poder de compra da população, gerado pelo fim da corrosão inflacionária, elevou bastante o volume de importação. Como, historicamente, o Brasil sempre foi deficitário nas contas de Rendas e Serviços (principalmente devido ao serviço da dívida externa), para equilibrar o Balanço em Conta Corrente (resultado financeiro das transações em bens e serviços com o exterior), era necessário conseguir **superávits** na Balança Comercial (exportação menos importação). Neste período, com a necessidade de suprir o mercado interno com alto volume de importações, a balança comercial ficou negativa, o que, somado aos resultados negativos da Balança de Serviços e Rendas, gerou um alto déficit em Conta Corrente.

Nos primeiros anos do Plano Real, a receita advinda das privatizações compensava, pelo lado do Balanço de Capitais, o déficit em Conta Corrente. No entanto, quando as privatizações minguaram, a situação das contas externas começou a se complicar.

Isto acabava ocorrendo porque o governo desvalorizava a moeda nacional, encarecendo as importações e barateando as exportações.



Além disso, com as crises financeiras do México, em 1995, do sudeste asiático, em 1997 e da Rússia, em 1998, o capital financeiro internacional tendia a se retirar dos países em desenvolvimento e migrar para mercados mais seguros. Para segurar no país o capital necessário para equilibrar o **Balanco de Pagamentos***, o governo brasileiro elevou drasticamente as taxas de juros. Como grande parte da dívida pública era indexada a taxas de juros, o aumento dessas taxas inflou o volume da dívida, gerando um círculo vicioso.

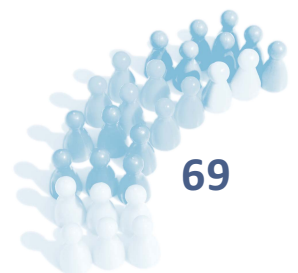
Diante desta realidade em 1998, o país passou por uma situação delicada, sendo necessário pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional e ao governo dos Estados Unidos, que atenderam prontamente à demanda brasileira com um empréstimo de mais de US\$ 40 bilhões. Este socorro permitiu alcançar o final do ano, quando seria realizada a eleição presidencial.

Embora tenha conseguido manter a inflação sob controle e realizar importantes reformas estruturais no país, Fernando Henrique Cardoso, terminou seu primeiro mandato com o país em situação de apreensão. Para corrigir o problema das contas externas era necessário liberar o câmbio, o que poderia trazer de volta a inflação. Mas, caso não mexesse no câmbio, as contas externas continuariam deficitárias e as reservas em moeda estrangeira logo terminariam. Foi necessário optar entre o risco da volta da inflação ou o calote na dívida externa e retenção dos investimentos estrangeiros.

Durante o primeiro governo FHC, a inflação acumulada foi de 43,46%, o que equivale a uma média anual de 9,44%, a menor inflação desde 1957. O crescimento acumulado do PIB foi de 10,66% ou o equivalente a 2,6% ao ano.

*Balanco de pagamentos – é o demonstrativo da contabilidade nacional que descreve as relações comerciais do país com o resto do mundo. Fonte: <<http://tinyurl.com/myalnc>>. Acesso em: 22 jul. 2009.

Como o governo conseguiu aprovar uma emenda constitucional permitindo a reeleição para os cargos majoritários, o Presidente Fernando Henrique Cardoso se candidatou e foi eleito, em primeiro turno, para seu segundo mandato, no início de outubro.

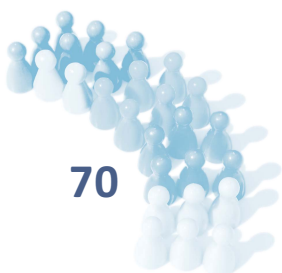


O SEGUNDO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fernando Henrique Cardoso tomou posse, do seu segundo mandato, em 1 de janeiro de 1999. Logo no primeiro mês, o governo acabou optando pela liberação do câmbio. O dólar, que vinha sendo mantido preso a um sistema de banda cambial, passou a flutuar livremente. E a moeda americana, que estava cotada a R\$ 1,21 no início de janeiro, chegou a R\$ 2,16 no final de fevereiro, um aumento de 78%. Embora o aumento do dólar tenha gerado pressão inflacionária, o efeito não foi tão devastador, como todos temiam.

A inflação, que no segundo semestre de 1998 ficou próxima de zero, passou para 4,0% no primeiro semestre de 1999. O momento de estagnação da economia e os altos índices de desemprego não permitiram o reajuste desenfreado dos preços. Mesmo assim, o ano de 1999 acabou com uma inflação acumulada de 8,9% no varejo e 20% no atacado.

Embora o aumento da inflação trouxesse preocupação para a equipe econômica do governo, a flexibilização do câmbio permitia, ao longo do tempo, corrigir os desequilíbrios das contas externas. Coisa que, de fato, ocorreu nos anos seguintes. Conforme mostra o gráfico a seguir, a Balança Comercial, que vinha apresentando seguidos déficits, começou a se recuperar. Observe a Figura 6.



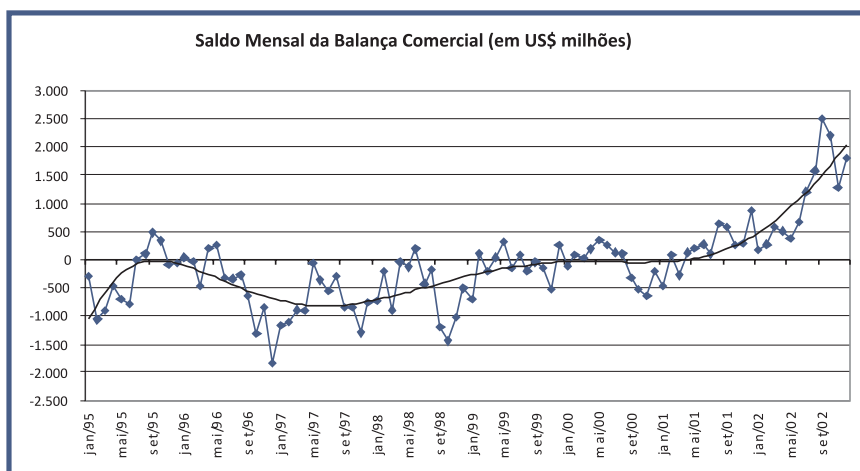


Figura 6: Saldo mensal da balança comercial (em US\$ milhões)
 Fonte: Banco Central do Brasil

Junto com a mudança do regime cambial, o governo implantou o **Sistema de Metas de Inflação***, que consiste na fixação, pelo Conselho Monetário Nacional, de uma meta e de um intervalo de variação para a inflação acumulada ao longo do ano. O Banco Central, que é o órgão executivo do Conselho Monetário Nacional, passou a acompanhar a variação mensal da inflação e a manipular os instrumentos de política monetária (controle do volume de dinheiro em circulação e fixação da meta da taxa básica de juros), a fim de segurar a inflação dentro do intervalo da meta.

***Sistema de metas de inflação** – sistema de política monetária onde o Banco Central deve alcançar uma meta de inflação definida pelo governo. Se a inflação estiver acima da meta, o Banco Central pode subir a taxa de juros ou acionar outros instrumentos de política monetária. Fonte: Elaborado pelo autor.

Para garantir o ajuste das contas públicas, em todos as esferas de governo, no primeiro semestre de 2000, foi aprovada no Congresso a **Lei de Responsabilidade Fiscal**, que fixa limites para gastos com pessoal e para o volume de endividamento e ainda cria mecanismos de responsabilização penal para os administradores públicos que infringirem a lei.

Aprovada durante o governo de Fernando Henrique, que define limites para os gastos e dívidas públicas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser considerada um marco na história da administração pública brasileira. Historicamente, os governantes costumavam empenhar receitas futuras e assumir dívidas elevadas para realizar obras marcantes, deixando ao sucessor a tarefa de honrar esses passivos. Para a população, ficava a imagem de um governo realizador que era sucedido por um governo inerte, quando em verdade, o governo

sucessor não conseguia realizar as obras necessárias, pois havia recebido uma situação financeira calamitosa do antecessor.

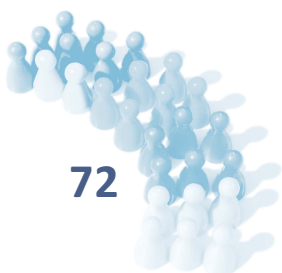
Na área social foi implantada uma rede de proteção à população carente. Por meio do programa Bolsa-Escola, as famílias que mantinham seus filhos matriculados e frequentando regularmente a rede escolar passaram a contar com uma ajuda de custo. Embora a importância transferida fosse bastante reduzida, isto acabou incentivando aqueles que, por questão de sobrevivência, haviam deixado a escola para retornar aos estudos.

Com certeza você já ouviu falar do Bolsa-Escola. O que você pensa deste programa?

O Bolsa-Escola, sistema de transferência direta de renda condicionada à frequência escolar das crianças das famílias dos beneficiários, foi um programa que teve início, no âmbito municipal, na Prefeitura de Campinas, sob a gestão de Magalhães Teixeira, e no âmbito estadual, no Distrito Federal, sob a gestão de Cristovam Buarque. Este programa foi considerado internacionalmente como modelo, uma vez que combinava transferência de renda para as famílias carentes com incentivo à frequência escolar, considerada como a melhor porta de saída da pobreza. Outros programas sociais tiveram início neste período, como o Auxílio-Gás e o Cartão-Alimentação.

Embora a cobertura e o valor transferido pelos programas sociais fossem ainda insuficientes, a sua implantação reforçou a importância e a viabilidade de se construir no país uma ampla rede de proteção social.

Quanto à economia internacional, a situação continuou difícil para os países em desenvolvimento. Entre 1999 e 2002, o PIB da Argentina recuou 20%, uma situação jamais vista na economia mundial, desde a grande depressão dos anos 30. A crise argentina, embora não tenha contaminado diretamente a economia brasileira, atrapalhou bastante o processo de recuperação das



nossas contas externas. Como a Argentina é um dos principais parceiros comerciais do Brasil, a crise afetou as exportações das empresas brasileiras, principalmente de produtos manufaturados, justamente num momento em que o governo brasileiro havia eliminado o entrave cambial.

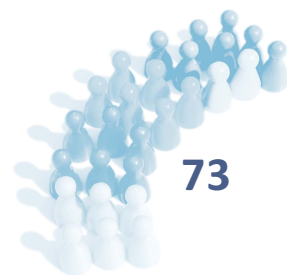
Em setembro de 2001, os ataques terroristas nos Estados Unidos também contribuíram para azedar ainda mais o humor da economia mundial, atingindo em cheio o setor de aviação civil.

Internamente, o longo período de estiagem, somado à falta de investimentos necessários para geração e distribuição de energia, levou à crise do “apagão” em 2001. Embora o governo Fernando Henrique tenha investido na conclusão das obras de novas hidrelétricas e na ampliação da capacidade geradora de hidrelétricas já existentes, o longo período de baixo investimento na área energética, desde o fim do governo Geisel, devido à crise fiscal do setor público e às incertezas quanto definição do marco regulatório do setor, deixou o país desprovido de fornecimento da energia suficiente para fazer frente ao processo de crescimento econômico. Justamente quando a economia dava sinais de recuperação, o racionamento de energia breiou a expansão da produção industrial.

Para completar o quadro de dificuldades enfrentadas pelo governo, o crescimento das intenções de voto no candidato opositorista Luis Ignácio Lula da Silva, na segunda metade de 2002, assustou o mercado financeiro. Na época o dólar chegou a R\$ 4,00, a inflação mensal a 3,0% e o **risco-país** – diferença de juros exigidos para adquirir um título da dívida brasileira em relação àquele exigido para adquirir um título da dívida americana, multiplicado por 100 – chegou à casa dos 2.400 pontos.

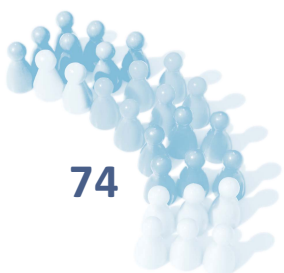
Não obstante as crises da Argentina, os ataques nos Estados Unidos, o racionamento de energia e o receio da eleição de Lula, no segundo governo de Fernando Henrique, o PIB acumulou um

Medida do risco de inadimplência da dívida pública externa de um país. Quanto mais alto o risco-país, maior a probabilidade de um país dar calote em seus credores.



crescimento de 8,63%, equivalente a uma média anual de 2,09%. A inflação acumulada no período foi de 39,88% ou uma média anual de 8,75%.

Em outubro de 2002, Lula foi eleito Presidente da República. No primeiro dia de janeiro de 2003, Fernando Henrique Cardoso passou a faixa presidencial para aquele que representou durante muito tempo uma ameaça para a economia nacional. No entanto, como veremos a seguir, o governo Lula não colocou em prática a maioria das propostas históricas elaboradas dentro de seu partido, o PT. Ao contrário, Lula intensificou o ajuste fiscal, combateu a inflação (utilizando os instrumentos clássicos de política monetária) e deu prosseguimento ao programa econômico do governo anterior.



O PRIMEIRO GOVERNO LULA

A trajetória política de Luiz Inácio da Silva é bastante diversificada. Em 1980, Lula juntou-se a sindicalistas, intelectuais, católicos militantes da Teologia da Libertação e artistas para formar o Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1982, Lula participou das eleições para o governo de São Paulo e perdeu. Em 1986, foi eleito deputado federal por São Paulo, tendo participado da elaboração da Constituição de 1988. Sofreu três derrotas na disputa para Presidente da República, em 1989, para Fernando Collor e em 1994 e 1998, para Fernando Henrique. Em 2002, foi eleito Presidente da República e reeleito em 2006.

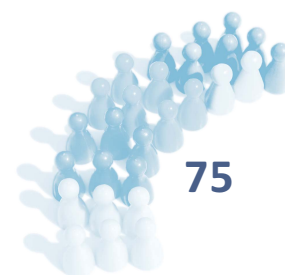
Mesmo antes da posse, o presidente Lula fez questão de afirmar que não iria fazer nenhuma mudança de rota que pusesse em risco a estabilidade econômica do país. De fato, a escolha de Henrique Meirelles, ex-presidente do Banco de Boston e deputado eleito pelo PSDB, para a presidência do Banco Central e a nomeação de Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto, para o Ministério da Fazenda, reforçou a decisão de firmeza no combate à inflação e de rigor no ajuste fiscal. Meirelles contava com amplo apoio do sistema financeiro e Palocci fora pioneiro na política de desestatização, quando abriu o capital da Companhia Telefônica de Ribeirão Preto, a Ceterp.



Saiba mais

Luiz Inácio da Silva

Nascido, em 1945, no interior do estado de Pernambuco. Foi com sua mãe, aos sete anos de idade, para o litoral do estado de São Paulo. Começou a trabalhar aos doze anos, em uma tinturaria e no mesmo período também trabalhou como engraxate e office-boy. Aos quatorze anos começou a trabalhar nos Armazéns Gerais Colúmbia, onde teve a carteira de trabalho assinada pela primeira vez. Depois, conseguiu uma vaga no curso técnico de torneiro mecânico do Senai. Formou-se três anos mais tarde e, em 1963, empregou-se na metalúrgica Aliança. Alguns anos depois, mudou-se para São Bernardo do Campo, onde, em 1968, filiou-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Fonte: <http://www.portalbrasil.net/politica_eleicoes_lula.htm>. Acesso em: 22 jul. 2009.



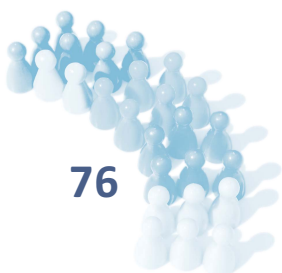
Logo de início, Lula deu plena liberdade à equipe econômica para aumentar as taxas de juros e elevar a meta de superávit primário do governo federal. Ademais, o presidente enviou ao Congresso um projeto de reforma da Previdência ainda mais profundo do que a reforma executada no governo anterior. Tudo isto foi feito contrariando a opinião da direção do Partido dos Trabalhadores, que, por meio de diversas manifestações públicas, fez duras críticas ao governo.

Após algum tempo, o mercado financeiro internacional passou a acreditar que o governo não iria seguir as recomendações de seus correligionários e nem iria pôr em prática as propostas que historicamente marcaram a trajetória do PT.

Desta forma, o risco-país e o dólar começaram a cair e a confiança no presidente Lula subiu de forma acentuada. Nesta época, o governo propôs importantes avanços na área microeconômica. Estas propostas ganharam destaque, uma vez que, devido à luta contra a inflação, a política econômica dos governos anteriores estava focada essencialmente em questões macroeconômicas.

A agenda microeconômica, elaborada pela equipe comandada pelo Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Coimbra, previu diferentes medidas, dentre elas podemos destacar:

- ▶ a instituição de operações de crédito consignado em folha de pagamento;
- ▶ a definição de patrimônio de afetação (somente o patrimônio da empresa responde por suas dívidas, impedindo que empreendimentos imobiliários, por exemplo, fossem bloqueados em caso de falência da construtora ou incorporadora);
- ▶ a facilitação do mecanismo de alienação fiduciária de imóveis e veículos;
- ▶ a separação do valor incontroverso, do valor reclamado na justiça, o que permite que somente seja



questionada a parte controversa e liberada a parte incontroversa;

- ▶ a instituição do sistema de informação de crédito do Banco Central, que ajuda na simetria de informações sobre o histórico dos tomadores de crédito;
- ▶ o fim da cumulatividade do PIS/PASEP e do Cofins;
- ▶ as alíquotas decrescentes de Imposto de Renda nas aplicações de longo prazo;
- ▶ o incentivo ao microcrédito;
- ▶ a Reforma do Judiciário;
- ▶ a nova Lei de Falência, que busca a recuperação da empresa falida ao invés de sua liquidação;
- ▶ a Lei das Parcerias Público-Privadas, que permite a participação da iniciativa privada nos investimentos públicos;
- ▶ a abertura do mercado de resseguros; e
- ▶ a instituição de instrumentos de crédito e securitização do mercado imobiliário, que permite alongar os prazos de financiamento e facilitar o acesso a fontes de recursos para investimentos de longo prazo.

Na área social, o governo Lula unificou os programas de proteção social, do governo anterior, em torno do programa Bolsa-Família. O novo programa foi ampliado, em termos de cobertura e de valores unitários. Até o final do governo, o Bolsa-Família atendia a 10 milhões de famílias e tinha um orçamento anual de R\$ 8 bilhões. A magnitude do programa trouxe importante contribuição para o crescimento do mercado consumidor do interior do país, principalmente na região Nordeste.

Diferentemente do governo Fernando Henrique, a situação da economia internacional durante o governo Lula foi extraordinariamente favorável. O crescimento da economia dos países emergentes ampliou a demanda por alimentos e

**Commodity* – expressão da língua inglesa que designa produtos que não apresentam diferenças significativas. Em geral trata-se de produtos primários, que podem ser negociados em bolsas de mercadorias.

Fonte: Lacombe (2004).

...*commodities** minerais, setores em que o Brasil conta com ampla vantagem competitiva. Cabe ressaltar que o governo Lula soube aproveitar bem as oportunidades oferecidas pelo crescimento da economia internacional, diversificando o número de parceiros comerciais e atuando de forma agressiva no comércio exterior. Nos quatro anos de governo houve um crescimento de 128% no volume de exportações, que passou de US\$ 60,3 bilhões em 2002 para US\$ 137,8 bilhões em 2006, e um crescimento de 254% no saldo da Balança Comercial, que passou de US\$ 13,1 bilhões para US\$ 46,4 bilhões no período.

Como resultado da expansão do comércio exterior e dos investimentos diretos estrangeiros, o Balanço de Transações Correntes e as Reservas em moeda estrangeira apresentaram melhoras significativas, conforme mostram as Figuras 7 e 8.

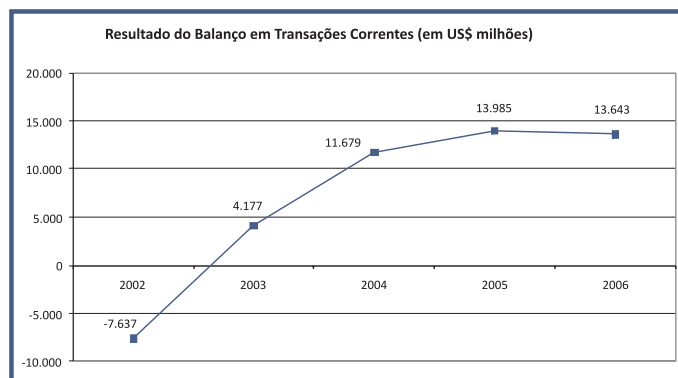
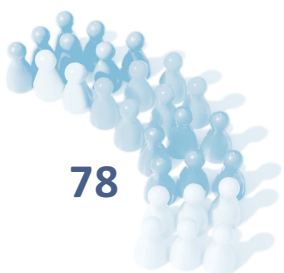


Figura 7: Resultado do balanço em transações correntes (em US\$ milhões)
Fonte: Banco Central do Brasil



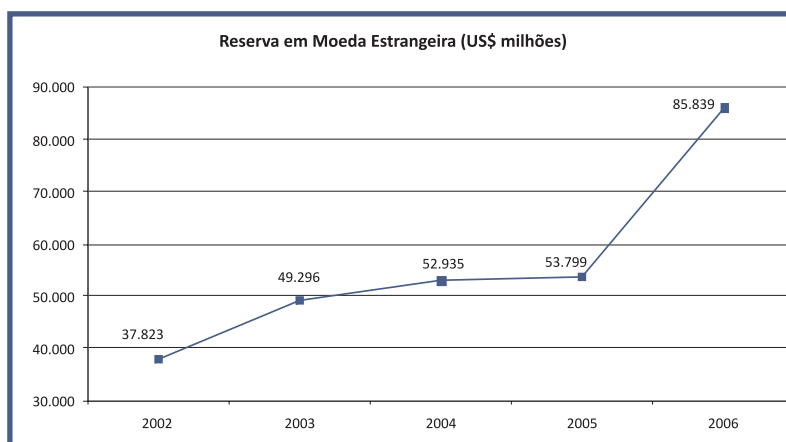


Figura 8: Reserva em moeda estrangeira (US\$ milhões)
 Fonte: Banco Central do Brasil

Com a queda do valor do dólar e o acúmulo de reservas, foi possível reduzir o volume da dívida externa e liquidar os compromissos com o Fundo Monetário Internacional. A queda da inflação permitiu reduzir a taxa básica de juros e impulsionar o volume de crédito na economia. Para compreender melhor observe as Figuras 9 e 10.

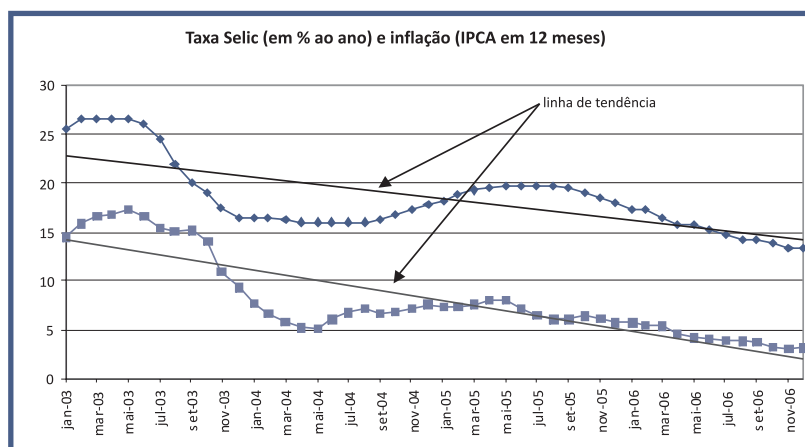


Figura 9: Taxa Selic (em % ao ano) e inflação (IPCA em 12 meses)
 Fonte: Banco Central do Brasil

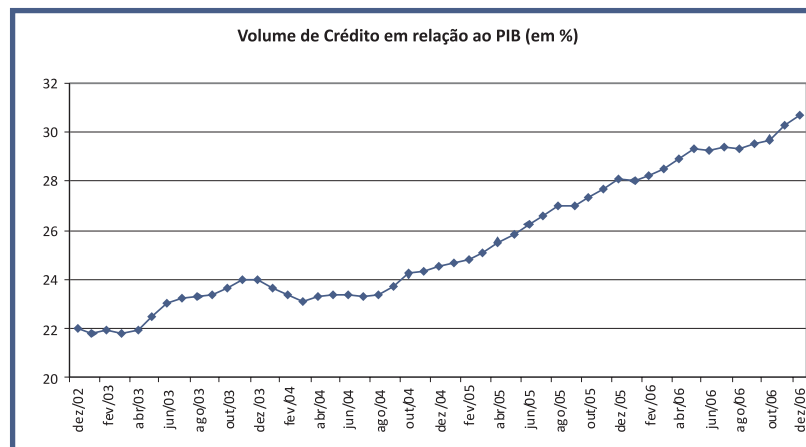
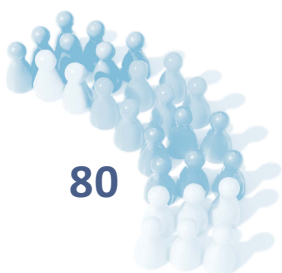


Figura 10: Volume de crédito em relação ao PIB (em %)

Fonte: Banco Central do Brasil

Este cenário, de estabilidade econômica, contribuiu para o crescimento do número de empregos formais e para a queda do índice de desemprego no país. Isto foi importante, uma vez que o aumento dos empregos formais contribuiu para a redução do déficit do sistema previdenciário.

Em relação à política administrativa, a necessidade de manter apoio no Congresso mediante uma política de acomodação de base governamental na estrutura do governo federal, levou a uma ampliação do número de ministérios e secretarias e à elevação dos gastos correntes do governo. Sob este ponto de vista, houve um retrocesso em relação aos governos anteriores. No entanto, o crescimento da arrecadação tributária permitiu que os resultados fiscais primários continuassem melhorando, mesmo com o crescimento das despesas correntes. Isto possibilitou a redução da relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB, revertendo a trajetória dos anos anteriores, conforme podemos verificar na Figura 11.



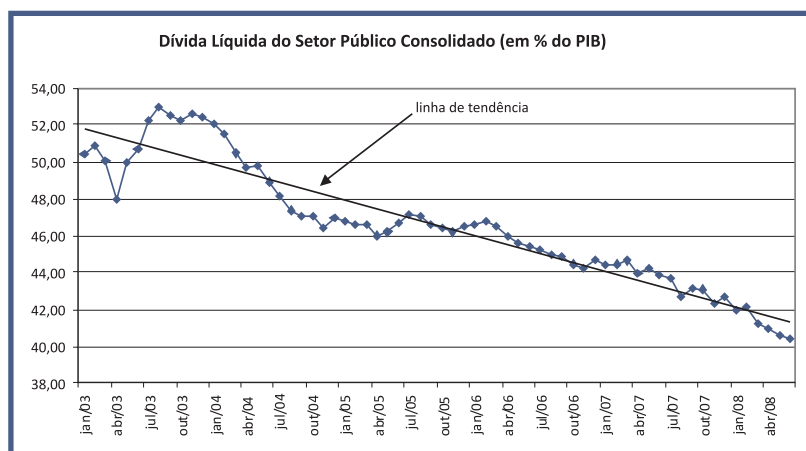



Figura 11: Dívida líquida do setor público consolidado (em % do PIB)

Fonte: Banco Central do Brasil

Mais importante, no entanto, do que os resultados positivos, nos campos econômico e social, alcançados pelo governo Lula, foi a consolidação do processo democrático, com a participação da sociedade civil como agente importante na composição da agenda política e administrativa do país.

Sempre que o governo tentou impor mudanças que pudessem ameaçar o funcionamento do Estado de Direito, a sociedade civil organizada, e de modo especial a imprensa e os partidos da oposição, atuaram prontamente, inviabilizando tais pretensões.

É importante destacarmos ainda que o presidente Lula, com rara sensibilidade política, soube perceber quando as propostas mais radicais de mudanças poderiam desestabilizar seu governo. Situação que o tornaria vítima de grupos minoritários, que buscam aproveitar a popularidade do presidente para ditar um programa, que de outro modo não conseguiria ser viabilizado.



Durante os quatro anos de governo Lula o PIB cresceu 14,45%, uma média anual de 3,45%. A inflação acumulada foi de 28,20% ou uma média anual de 6,41%.

A passagem exitosa, pelo governo federal, de um candidato que até pouco tempo era tido como uma ameaça à estabilidade econômica e política no país, deve ser considerado um sinal de maturidade das instituições e da sociedade brasileira. Como tal maturidade é condição para o país alcançar o grau de desenvolvimento, a eleição de Lula acabou representando uma etapa necessária dentro do processo de desenvolvimento brasileiro. Apoiado nos bons resultados econômicos do governo, na ampliação da rede de proteção social e em seu carisma pessoal, Lula conseguiu se reeleger com relativa facilidade para o mandato 2007-2010. No primeiro turno das eleições, Lula obteve 48,61% dos votos válidos, contra 41,64% obtidos pelo candidato do PSDB, Geraldo Alkmin, 6,85% obtidos por Heloísa Helena, do PSOL e 2,64% obtidos por Cristovam Buarque, do PSB. E, no segundo turno Lula recebeu 60,83% dos votos contra 39,17% de Geraldo Alkmin.

O SEGUNDO GOVERNO LULA

A principal tarefa do segundo mandato de Lula, segundo ele próprio afirmou, seria retomar o processo de crescimento do PIB, através do aumento dos investimentos em infraestrutura urbana, energética e logística. Para realizar esta tarefa, o governo lançou o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Um plano de investimentos para o período 2007-2010. O PAC contou com um orçamento de R\$ 504 bilhões, sendo R\$ 275 bilhões para a área de infraestrutura energética, R\$171 bilhões para a área de infraestrutura social e urbana e R\$ 58 bilhões para a infraestrutura logística. A gestão do PAC foi centralizada na Secretaria da Casa Civil da Presidência da República, sob o comando da ministra Dilma Roulsef.

No início do segundo mandato, o governo enviou ao Congresso uma proposta de reforma tributária com a pretensão de criar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que incorpora a Cofins, o PIS, a CIDE, o Salário-Educação, a CSLL e o IRPJ, além de unificar as legislações tributárias estaduais, com a cobrança do ICMS no destino. Embora limitada, a proposta tem como mérito avançar rumo à redução do número de tributos e à criação de um imposto sobre valor agregado, que é mais justo do que os impostos indiretos embutidos e não especificados no preço final dos produtos.

Durante o segundo mandato de Lula houve um aumento do fluxo de investimentos estrangeiros diretos para o Brasil. No ano de 2008, os investimentos estrangeiros diretos líquidos chegaram a US\$ 40 bilhões, maior valor entre os países da América Latina. Também merece nosso destaque o fortalecimento do mercado de capitais no Brasil; a fusão entre a Bolsa de Mercadorias

e Futuros e a Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (Bovespa) que criou uma Bolsa de Valores com patrimônio e valor de mercado entre as maiores do mundo; e o principal centro de comercialização de valores mobiliários da América Latina.

Tivemos também situação que gerou certa preocupação para a equipe econômica do governo implicando no recrudescimento da inflação em 2008. Entre os fatores podemos citar a elevação dos preços das *commodities* agrícolas e minerais e a cotação do petróleo, que acabou inflacionando todo o sistema de formação de preços ao redor do mundo. A Figura 12, a seguir, representa o comportamento do preço das principais *commodities* ao longo de 2007 e 2008.

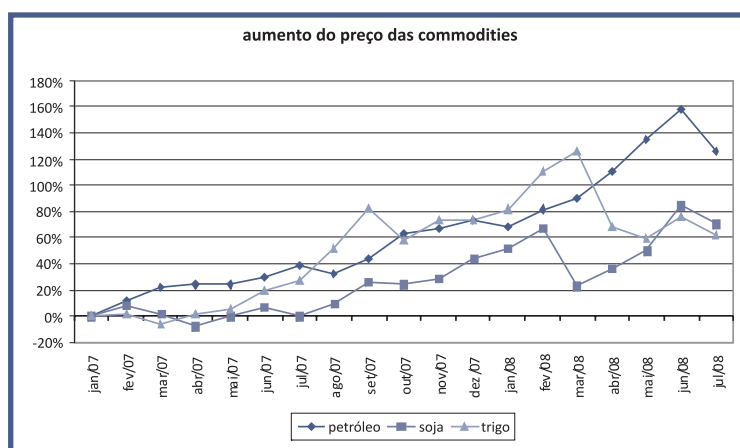
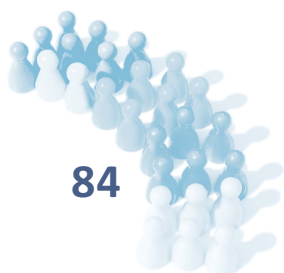


Figura 12: Aumento do preço das commodities (2007-2008)
 Fonte: Banco Central do Brasil

No Brasil, o aumento da inflação mudou o comportamento do Banco Central em relação à política monetária. Os juros básicos de economia, que vinham caindo, voltaram a subir. Essa situação acabou prejudicando a expansão da produção e o ritmo de crescimento do PIB. No entanto, a desaceleração das economias norte-americana, europeia e japonesa acabou esvaziando o movimento de alta das *commodities*, cujos preços, a partir da metade de 2008, começaram a cair. Desta forma, a inflação, que ameaçava estourar o limite da meta fixada pelo CMN, acabou recuando.



Mas, a crise financeira internacional, considerada por muitos como a maior crise do sistema financeiro pós 1929, trouxe grande aflição aos agentes econômicos no Brasil através da acentuada queda da Bovespa e da restrição do crédito que comprometeram o crescimento econômico de 2009 e 2010. No entanto, o sistema bancário brasileiro, com pouca exposição ao mercado internacional e com a maior parte de suas operações lastreadas em títulos do governo federal, não foi afetado por ela. Os bancos estão bastante capitalizados e já passaram pelo processo de saneamento que os bancos americanos e europeus estão passando no momento.

Porém, independente da magnitude do impacto futuro da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, este impacto tem sido muito menor do que o seria em tempos passados. A resistência da economia nacional aos choques externos, cresceu muito nos últimos anos, e as dificuldades econômicas mundiais podem inclusive ressaltar os pontos positivos do Brasil.

Resumindo



Ao longo desta Unidade 2 percorremos os últimos vinte e quatro anos da história do desenvolvimento econômico do Brasil. Vimos que de 1985 até hoje o país sofreu uma série de transformações.

No campo político, tivemos:

- ▶ A Constituição de 1988, que representou um grande avanço no campo dos direitos individuais.
- ▶ A morte, antes da posse, de um presidente que representava o fim da ditadura militar e a volta da democracia.
- ▶ O impedimento do primeiro presidente eleito, após quase trinta anos sem eleições diretas.
- ▶ A consolidação do processo de construção de um Estado de Direito e de fortalecimento das instituições.
- ▶ A eleição de um líder operário, nordestino, o primeiro presidente de origem verdadeiramente popular.

Já no campo econômico e social vivenciamos:

- ▶ A grave crise da dívida externa e o descontrole inflacionário da década de 80 até meados da década de 90.
- ▶ Vários planos de estabilização monetária fracassados.
- ▶ Um plano econômico bem-sucedido, que acabou com a alta inflação e estabilizou a economia do país.
- ▶ A abertura da economia e a inserção do país na ordem econômica internacional.

- ▶ O processo de internacionalização das empresas brasileiras.
- ▶ O controle da dívida pública e a solução da dívida externa.
- ▶ O avanço nas políticas sociais com melhoria das condições básicas de vida da população.
- ▶ O retorno dos investimentos públicos e privados.

Assim, podemos afirmar que muita coisa aconteceu nos últimos 100 anos. Hoje o Brasil já conta com uma estrutura política, econômica e social capaz de sustentar, de modo estável, seu processo de desenvolvimento. No entanto, muito há ainda a fazer, como por exemplo, a melhoria da qualidade do ensino e da saúde públicos, o aumento do volume de investimentos em habitação e saneamento, o controle da violência urbana, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras no campo da biotecnologia e muito mais.

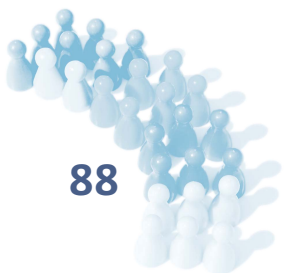
De acordo com o conhecimento adquirido, podemos afirmar que tudo feito até aqui visou universalizar os serviços públicos, tarefa que ainda não foi completada em alguns campos. De agora em diante, é necessário completar a tarefa de universalização e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos. Logo precisamos migrar do foco na quantidade para o foco na qualidade e cabe aos próximos governos, junto com a sociedade civil, realizar este feito.



Atividades de aprendizagem

O que você pode concluir com o estudo até aqui proposto? Para verificar seu entendimento propomos algumas atividades de aprendizagem. Responda às atividades e em caso de dúvida não hesite em conversar com o seu tutor.

1. Quais foram os principais avanços institucionais ocorridos durante o governo Sarney?
2. Na sua opinião qual o principal motivo para a queda do presidente Collor?
3. Qual as principais diferenças na política macroeconômica do governo Itamar Franco em relação ao governo Collor?
4. Quais as principais medidas econômicas implantadas durante o primeiro governo Fernando Henrique?
5. Descreva os principais pontos do Plano Real e a sua importância para o desenvolvimento econômico brasileiro.
6. Quais as principais dificuldades enfrentadas durante o segundo governo FHC?
7. Por que o governo Lula surpreendeu o mercado financeiro internacional?
8. Em que medida o governo Lula seguiu a política econômica do governo anterior?



Referências



CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de Souza. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DELFIM NETTO, Antônio. O Plano Real e a Armadilha do Crescimento Econômico. In: ALOÍZIO, Mercadante (Org.) *O Brasil pós-Real, a política econômica em debate*. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 1998.

SKIDMORE, Thomas Elliot. *Uma História do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEVINE, Robert. *Pai dos Pobres: o Brasil e a Era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GIAMBIAGI, Fábio; CASTRO, Lavínia Barros; HERMANN, Jennifer; VILLELA, André. O pós-Guerra. In: *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

VELOSO, Fernando Augusto Adeodato; VILLELA, André Arruda; GIAMBIAGI, Fábio. *Determinantes do Milagre Econômico Brasileiro (1968-1973): uma análise empírica*. IPEA – Texto para Discussão nº 1273. Rio de Janeiro, 2007.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. *Brasil, A Trajetória de um País Forte*. São Paulo: Trevisan, 2009.

MINICURRÍCULO

Alcides Domingues Leite Júnior

Graduado em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela ENAP e mestre em Administração pela FEA-USP. É Inspetor-Analista do Banco Central do Brasil, desde julho de 2000 e professor de Mercado Financeiro e de Economia da Trevisan Escola de Negócios, desde janeiro de 2003.

